



**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul**  
**Procuradoria-Geral do Município**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 33, DE 16 DE AGOSTO DE 2021.**

Exmo. Sr.  
**DD. Jorge Barbosa**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
Sapucaia do Sul – RS  
Nesta.

**Senhor Presidente:**

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, utilizando a prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para apreciação e voto, o incluso Projeto de Lei, que institui o programa de recuperação fiscal do município de Sapucaia do Sul – REFIS 2021.

O presente projeto de lei busca incentivar a arrecadação de tributos municipais e outros créditos de natureza não tributários, visando incitar o contribuinte do município de Sapucaia do Sul a quitarem seus débitos fiscais junto a Fazenda Pública municipal.

Para tanto, o projeto de lei encaminha programa que oferece redução de multas, de juros e de correção monetária, para débitos fiscais decorrentes de fatos geradores até o final do ano de 2020 e desde que preenchidas as condições existentes no programa de recuperação fiscal municipal.

Dessa forma, no programa será beneficiado o contribuinte que efetivar o pagamento à vista (no ato da adesão do Programa), dos créditos tributários devidos até 31 de dezembro de 2020, com redução de 100% (cem por cento) dos acréscimos de multa moratória, correção monetária e dos juros de mora.

Ainda, haverá redução de 80% (oitenta por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora para parcelamentos, em até 6 (seis) vezes; redução de 70% para parcelamento em até 12 (doze) vezes;





**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul**  
**Procuradoria-Geral do Município**

redução de 60% para parcelamento em até 18 (dezoito) vezes; redução de 50% para parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes; redução de 40% (vinte por cento) para parcelamento, em até 36 (vinte e quatro) vezes e redução de 30% (vinte por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora para parcelamento, em até 48 (vinte e quatro) vezes.

Com efeito, a apresentação do presente projeto de lei busca instituir tal programa para beneficiar os contribuintes que se encontram em inadimplência com os cofres públicos, ofertando-lhes inúmeras formas de quitação de seus débitos com incentivos pecuniários, também garantirá a arrecadação de receitas, tornando mais eficiente o processo de cobrança do débito fiscal, acarretando benfeitorias aos cofres públicos.

Por isso, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito a oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

**VOLMIR RODRIGUES**  
Prefeito Municipal





**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul  
Procuradoria-Geral do Município**

**PROJETO DE LEI Nº ... /2021**

**Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Sapucaia do Sul - REFIS MUNICIPAL 2021, com o objetivo de facilitar a recuperação de créditos municipais tributários e não tributários e dá outras providências.**

**O Prefeito Municipal de Sapucaia do Sul.** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inc. I e II da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte

**LEI:**

**Capítulo I  
DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo a lançar o Programa REFIS Municipal 2021 com o objetivo de facilitar a recuperação de créditos tributários e não tributários e incrementar o ingresso de receitas municipais, na forma do que dispõe a presente Lei.

**Parágrafo único.** Quanto a adesão ao REFIS MUNICIPAL 2021 fica estabelecido que o Simples Nacional não se enquadra no presente Programa.

**Art. 2º** O período de adesão ocorrerá de 01.09.2021 à 30.11.2021, devendo o interessado atender os requisitos e condições do Programa, mediante a avaliação da Secretaria Municipal da Fazenda e da Procuradoria-Geral do Município de Sapucaia do Sul.

**Capítulo II  
DOS DÉBITOS OBJETO DO PROGRAMA E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Art. 3º** Os créditos provenientes de IPTU, ISSQN, ITBI, Taxas e outros de qualquer natureza e os não tributários, vencidos até 31.12.2020, em fase administrativa ou judicial, desde que satisfeitas as condições previstas nesta Lei, poderão ser quitados da seguinte forma:

I - à vista, no ato da adesão ao programa, com redução de 100% (cem por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora;





**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul**  
**Procuradoria-Geral do Município**

II - parcelamento, em até 6 (seis) vezes, com redução de 80% (oitenta por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora;

III - parcelamento, em até 12 (doze) vezes, com redução de 70% (sessenta por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora;

IV - parcelamento, em até 18 (dezoito) vezes, com redução de 60% (quarenta por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora;

V - parcelamento, em até 24 (vinte e quatro) vezes, com redução de 50% (vinte por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora.

VI - parcelamento, em até 36 (vinte e quatro) vezes, com redução de 40% (vinte por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora.

VII - parcelamento, em até 48 (vinte e quatro) vezes, com redução de 30% (vinte por cento) da multa moratória, correção monetária e dos juros de mora.

§ 1º Em caso de parcelamento, a primeira parcela terá vencimento no dia do ato da adesão ao programa, sendo as outras com vencimento no dia 10 (dez) dos meses subsequentes.

§ 2º O parcelamento será considerado válido e os benefícios desta Lei concedidos, a partir da quitação da primeira parcela, com assinatura do termo de adesão e confissão de dívida e com o pagamento em dia das respectivas parcelas.

§ 3º O valor da entrada será de 10% (dez por cento) do valor do débito.

§ 5º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 20 UFRM.

§ 6º A opção pelo parcelamento será firmada pelo contribuinte ou seu representante legal, mediante a apresentação de documento de identificação e o CPF.





**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul  
Procuradoria-Geral do Município**

**Capítulo III  
DA ADESÃO AO PROGRAMA**

**Art. 4º** O pagamento do débito à vista ou da primeira prestação do parcelamento importa em reconhecimento da dívida e adesão ao programa nos termos desta Lei.

**Art. 5º** O parcelamento será realizado somente pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda, podendo posteriormente a emissão da(s) guia(s) de pagamento ser efetuada pela internet, no Portal do Município de Sapucaia do Sul ou, presencialmente.

**Parágrafo único.** Previamente à adesão, a Diretoria de Arrecadação deverá verificar se o débito encontra-se ajuizado, hipótese que se aplicará o previsto no art. 7º desta Lei.

**Art. 6º** O reconhecimento da dívida importa na confissão irretratável e irrevogável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte ou responsável e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei.

**Art. 7º** Na hipótese de débitos ajuizados que venham a ser pagos no âmbito do programa de que trata esta Lei, ficam os honorários reduzidos em 50% (cinquenta por cento) do valor calculado nos autos.

**§ 1º** Os honorários poderão ser parcelados no máximo em 5 (cinco) vezes sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor previsto no art. 3º, § 5º desta Lei.

**§2º** Não serão passíveis de adesão ao Programa de que trata a presente Lei, os débitos fiscais ajuizados:

- I - cuja hasta pública já tenha sido concluída;
- II - cujos bloqueios judiciais em favor do Município de Sapucaia do Sul encontrem-se incontroversos;
- III - que possuam determinação judicial de expedição de alvará de levantamento de quantia depositada ao Município de Sapucaia do Sul.





**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul  
Procuradoria-Geral do Município**

**§3º** O disposto no “caput” deste artigo não isenta o contribuinte do pagamento das custas judiciais.

**§4º** As ações de execução fiscal, ficarão suspensas, mediante comprovação de adesão ao programa, até o pagamento integral do débito.

**§5º** Caso o débito não esteja integralmente quitado até 30 (trinta) dias após o vencimento da última parcela, a ação de execução fiscal retomará o seu curso, observado o disposto no art. 9º desta Lei.

**Capítulo IV  
DO INADIMPLEMENTO DOS PAGAMENTOS**

**Art. 8º** O atraso no pagamento das parcelas mensais sujeitará os valores à incidência dos encargos moratórios previstos na legislação tributária municipal.

**Art. 9º** Em havendo inadimplemento de 2 (duas) parcelas nos termos desta Lei, serão adotadas as seguintes providências:

I - O Município de Sapucaia do Sul levará a protesto extrajudicial o título vencido e não pago pelo contribuinte, bem como procederá na inscrição do devedor junto ao cadastro de inadimplentes do SERASA Experian;

II – Frustrada a tentativa de cobrança extrajudicial do débito em referência, os benefícios concedidos serão automaticamente revogados e o Município procederá no cancelamento da redução das multas moratórias, juros e correção monetária e dos honorários, que serão reintegrados ao saldo dos débitos, hipótese em que os valores pagos serão deduzidos na dívida, sendo os débitos encaminhados à cobrança administrativa e/ou judicial.

**Capítulo V  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a contar de 01.09.2021.





Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul  
Secretaria Municipal da Fazenda



**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

Atendendo ao artigo 14 da Lei Federal nº 101/2000, o presente Impacto Financeiro, referente ao Projeto de Lei que trata do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, Município de Sapucaia do Sul, com o objetivo de promover o recebimento à vista ou parcelados dos créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, demonstra conformidade com o Anexo II dos Riscos Fiscais, previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, do exercício de 2021. Conforme §2º Art. 133 da Lei Municipal nº 01/2017 e alterações, o valor máximo de multa aplicada é de 20%.

Considerando que já houve a arrecadação até o mês de maio do corrente ano no valor de R\$1.535.866,82 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos) de dívida ativa tributária, com o REFIS, estima-se que até o encerramento do exercício, esta arrecadação aumente em mais R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Caso este último valor arrecadado incidisse multa, este valor estimado seria no máximo de 20%, ou seja, R\$100.000,00 (cem mil reais), estando previsto nos Riscos Fiscais da LDO de 2021.

Portanto, com o REFIS pretende-se aumentar a receita, em no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), sendo superior à estimativa máxima da exclusão da multa.

**Impacto REFIS**

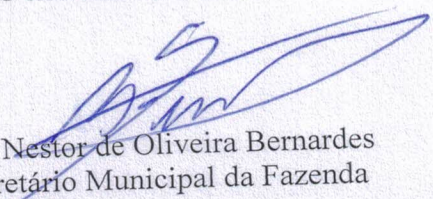
Estimativas	Valor
Previsão arrecadação da tributária 2021	R\$2.849.750,00
Arrecadado até maio de 2021	R\$1.535.866,82
Previsão arrecadação incluído o REFIS	R\$3.349.750,00

Para atendimento aos anos seqüentes, segue demonstrativo de impacto para os exercícios de 2022 e 2023. Porém, ressalta-se que a demonstração de impacto não se refere à despesa de caráter continuado.

Estimativas	Valor	2022	2023
Previsão arrecadação	R\$ 3.349.750,00	R\$ 2.832.250,00	R\$ 2.924.298,13

Nota. \* inclui o refis. Para o ano de 2022 foi considerada uma expectativa de inflação 3,50% e para 2023 de 3,25% de acordo com as RESOLUÇÃO Nº 4.724 e 4831.

Não se faz necessária a indicação de compensação financeira através de majoração ou a criação de alíquotas e tributos, pois, se comparado com o limite máximo da renúncia, R\$100.000,00 (cem mil reais), ainda assim, o valor isentado não iria superar o possível ingresso de receita, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), superior à renúncia proposta. Desta forma, não há implicação nas metas fiscais constantes na LDO do exercício corrente.

  
José Nestor de Oliveira Bernardes  
Secretário Municipal da Fazenda

Av. Leônidas de Souza, 1289 – CEP 93210-140 – Sapucaia do Sul – RS – Brasil  
Fone (51) 3451.8000





MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
EXERCÍCIO DE 2021

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1) Enchentes e outras situações de calamidade pública.	500.000,00	1) Abertura de créditos adicionais ou suplementares a partir da reserva da contingência.	1.970.853,10
2) Frustração na arrecadação receitas (IPTU, ISS, ITBI e Taxas).	500.000,00		
3) Contrapartida convênios.	970.853,10		
TOTAL	1.970.853,10	TOTAL	1.970.853,10

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.